



**A FESTA DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DO BREJO DA MADRE DE DEUS  
COMO CENTRALIDADE CULTURAL DA REDE URBANA DE  
PERNAMBUCO, BRASIL**

Magna Lícia Barros Milfont

Maria de Jesus Britto Leite

David Ricardo Colaço Bezerra

Universidade Federal de Pernambuco

[magnamilfont@yahoo.com.br](mailto:magnamilfont@yahoo.com.br)

[jubleite@uol.com.br](mailto:jubleite@uol.com.br)

[davidbezerra1@yahoo.com.br](mailto:davidbezerra1@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente trabalho está inserido como parte do Projeto denominado “Consolidação da Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias em Pernambuco” (uma rede que conta com pesquisadores nacionais e estrangeiros), que foi criada com o apoio inicial do MCTI, em 2012, e que teve o apoio financeiro da FACEPE no período 2014-2015. Atualmente, a REDBCM ([www.redbcm.com.br](http://www.redbcm.com.br)) está sob a coordenação do Laboratório de Investigação do Espaço na Arquitetura (LIA) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - DAU/UFPE, tendo a professora Dra. Maria de Jesus Britto Leite como responsável. A ideia central do artigo é mostrar a importância do patrimônio material e imaterial da festa e sua influência na construção de uma possível centralidade cultural para a cidade. Independente do tamanho ou do crescimento econômico da localidade, as manifestações culturais transformam a cidade num centro de atrações, como a festa de São José na Cidade do Brejo da Madre de Deus que é vista através das noções de urbanidade e boa ambiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Festa, Centralidade Cultural, Urbanidade e Boa ambiência.

**EIXO:** Cidade, Cultura e Identidade.



## INTRODUÇÃO

A festa de São José se propaga desde a fundação dos primeiros povoados do interior da Capitania de Pernambuco na primeira metade do século XVI, atingindo o ápice simbólico durante o século XVIII (ABREU, 1988). Durante o referido século, os povoados do interior pernambucano já estabeleciam uma rede de relações com outros assentamentos do Brasil continental que, segundo alguns autores, evidenciava uma troca hierárquica entre os centros: “o interesse pela hierarquia dos centros urbanos remonta ao século XVIII, quando se ampliou, sobremaneira, a interdependência e a diferenciação entre esses” (BESSA, 2012).

A rede urbana de cidades incluía povoados de pequenas freguesias, vilas e cidades, formando uma hierarquia urbana que nem sempre expressava a economia da localidade como constatou o urbanista Sílvio Zancheti (1989). Ao lado dessa suposta hierarquia, a dimensão cultural das festas estabelecia as relações fundamentais entre os centros urbanos, inclusive moldando toda a formação do homem colonial através da urbanidade propagada pelo poder clerical e monárquico. A urbanidade é interpretada como noção histórica relacionada à formação da vida material e imaterial dos primeiros núcleos de povoamento do Brasil colonial, tendo como essência a propagação das festas religiosas e cívicas que era o canal de civilidade e de constituição urbana (MILFONT, 2010). Portanto, se há a conservação da tradição no que se refere à essência da festa, aliada à transformação dinâmica das práticas festivas, ambas relacionadas à memória e à história presente na vida e nas experiências de determinada comunidade local, existe urbanidade.

A urbanidade compreendida durante o período colonial, no Brasil, tinha forte vínculo com a religiosidade católica, pois ser vassalo do rei de Portugal era, antes de tudo, tornar-se obediente as normas da Santa Igreja. A normatização da fé estava ligada através do diálogo intrínseco com as festas religiosas e cívicas. Esse diálogo revestido pelo simbolismo da festa tinha um significado civilizatório que as normas legais não podiam alcançar, num território ocupado por uma população pobre, escrava e iletrada. É por essa razão que a vida social, as ações política e econômica dos primeiros assentamentos urbanos brasileiros eram guiadas pelo calendário festivo.

As festas religiosas e cívicas, portanto, significavam o canal fundamental de comunicação e integração da vida material e imaterial dos assentamentos urbanos com o poder metropolitano



português. As festas expressavam também o poder político dos povoados do interior brasileiro e o status das vilas e cidades do Brasil colonial. A cidade que realizava maior número de festas exercia maior influência na rede urbana. Nesse sentido, é possível destacar a gênese de uma rede urbana baseada na cultura das festas, juntamente, com a constituição de uma hierarquia política e econômica que nascia com o crescimento dos núcleos citadinos. Embora, os estudos da rede de cidades ainda foquem predominantemente o aspecto econômico e funcional das relações entre os centros urbanos, a cultura das festas foi uma das bases fundamentais para a formação urbana do Brasil. As festividades, em especial aquelas relacionadas ao patrimônio cultural religioso das pequenas e médias cidades brasileiras, continuam sendo alicerces da vida social, política e econômica das comunidades como a festa de São José.

A referida festa, atualmente, representa uma importante manifestação histórica da tradição cultural do sertão, agreste, zona da mata de Pernambuco, permanecendo viva com dinâmica própria em muitas cidades do interior e, também, no grande Recife. As referidas localidades que têm São José como padroeiro e mantêm a prática festiva, são vinte e três cidades: No Sertão do estado, São José é padroeiro de Bodocó, Custódia, Dormentes, Ingazeira, São José do Belmonte e São José do Egito. No Agreste, Angelim, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Capoeiras, Feira Nova, Frei Miguelinho, Surubim, Venturosa e Vertentes. Na Zona da Mata, o santo é padroeiro de Água Preta, Amaraji, Chã Grande, Joaquim Nabuco, Rio Formoso, São José da Coroa Grande e Carpina. No Grande Recife, o santo é padroeiro de Abreu e Lima.

A festa do referido padroeiro forma uma rede cultural fragilmente conectada de atrações festivas municipais, mas potencialmente forte para ligar eventos regionais, incluindo a região metropolitana do Recife. Embora, o município pernambucano de Bodocó seja influenciado marcadamente pela rede urbana cearense Juazeiro/Crato/Barbalha/ (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2013) no que se refere às funções econômicas de acumulação de capital e centros de difusão de bens e mercadorias, a festa de São José daquele município faz parte do circuito festivo do Estado de Pernambuco. É, então, que se encontra uma diferença essencial entre a tradicional definição de rede urbana e o que podemos chamar de uma rede urbana cultural.

A definição de rede urbana brasileira teve, segundo a literatura vigente, sua gênese na concepção hierárquica das relações entre os centros, desde o século XVIII. Embora, a dimensão



cultural das festas tenha contribuído seguramente na formação da rede de cidades do Brasil, tanto do ponto de vista da urbanidade na formação das relações sociais quanto do aspecto político da ocupação territorial por meio dos elementos construtivos locais, a visão exclusivamente econômica forneceu os arcabouços teóricos que foram se consolidando em fins do século XIX. Contudo, só a partir das décadas de 1920 e 1930, com os estudos de Robert Dickinson, Hans Bobek, Vaino Auer e Walter Christaller, a rede urbana foi refletida conceitualmente.

Uma das bases conceituais foi a “teoria das localidades centrais” do geógrafo alemão Walter Christaller, publicada em 1933, consistindo no estudo de regiões de influência das cidades, considerando o conjunto de centros de uma região ou país. Outro estudo se refere ao modelo de divisão regional que mostra uma estrutura simplificada da realidade, proposto por Haggett e Chorley em 1972. O modelo evidencia as características significativas das regiões, bem como as relações entre elas para fins de ações políticas-administrativa e econômica.

Os alcances dessas ideias foram cruciais para o desenvolvimento dos estudos urbanos posteriores de muitos países, inclusive o Brasil. Todos esses conceitos tinham como fundamentos os modelos econômico-funcional e hierárquico. Esses modelos se desdobraram numa perspectiva menos rígida, privilegiando as associações e as relações entre as cidades em detrimento da antiga visão predominantemente engessada da hierarquia. Assim, surgem conceitos mais dinâmicos que envolvem significados como cidade-polo, metrópole, redes, região e outros.

O IBGE na década de 1970, embora embebesse da visão ortodoxa voltada para os polos de atração econômico-funcional, incorpora o modelo de divisão regional de Haggett e Chorley (1972) e, depois, o “Estudo de Regiões de Influência das Cidades” (1987) que teve como referencial a “Teoria das localidades centrais” de Christaller (1930). Nesse estudo, a centralidade é derivada do papel dos centros como distribuidores de bens e serviços. O uso da teoria das localidades, assim como o emprego do modelo de divisão regional de Haggett e Chorley tornaram-se embasamentos importantes para os estudos da Rede Urbana desenvolvidos no Brasil nas décadas de 1990 e 2000.



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) representa uma das principais referências para o estudo das redes urbanas brasileiras, aglutinando os conceitos acima indicados. Contudo, existe ainda a influência do critério meramente político-administrativo definido pelo decreto-lei número 311 de 1938, afirmando que uma cidade caracteriza-se pela presença da sede do poder municipal. Outros critérios somados a este político e administrativo definem atualmente uma cidade no Brasil como: concentração do poder e a sede da gestão pública federal e empresarial; predominância de atividades secundárias ligadas à indústria; predominância de atividades terciárias ligadas aos serviços, comércio e administração pública. Esses critérios estabelecidos pela conceituação e por característica de uma cidade, no Brasil, evidenciam o fenômeno da polarização urbana que pode ser espontânea ou fruto de um planejamento, ambos construídos ao longo do tempo por um conjunto de agentes estruturadores do espaço. As cidades-polo têm posição de destaque dentro da rede em detrimento das demais, tornando as cidades pequenas e médias em desigualdade de condições quanto aos investimentos econômicos, capital político e recursos sociais. Contudo, a visão da cidade-polo abre perspectivas novas para enxergar a cidade como polo cultural de festas e entretenimento, desde que a constituição de 1988, em seu artigo 25, transferiu aos estados a competência de instituição das regiões metropolitanas. Ou seja, cada federação estabelece os seus próprios critérios quantitativos e qualitativos e a cultura foi ganhando espaço no âmbito desses juízos.

Para muitos estudiosos, essa competência federativa gerou distorções e grandes diferenças referentes, principalmente, ao aspecto econômico, pois reforça a posição de algumas cidades como centros de destaque na rede. Entretanto, o conceito de cidade-polo, do ponto de vista acadêmico, abre possibilidades de reflexões para o entendimento de uma região cultural ou centralidade cultural, como destaca o arquiteto Janio Roque Barros Castro (2012) ao apontar a necessidade de interpretar a cidade como centro regional com base em atributos culturais nos quais podem ser exercidos por uma cidade de pequeno porte. Segundo o autor, diferentemente do conceito tradicional de centralidade que confere a diversidade e a complexidade na oferta de bens e serviços, a centralidade cultural constitui das potencialidades do patrimônio cultural material e imaterial.

A centralidade cultural é uma das perspectivas interpretativas que hoje se impõem na visão da rede de cidades em todo o Brasil e no mundo. Essa transformação paradigmática possibilitou



que o tema da cultura aparecesse com mais visibilidade em fins da década de 1970. Um dos marcos dessa aparição é a segunda declaração da UNESCO que trata o tema da cultura com relativa relevância para a época. Por mais uma década, a questão circula abertamente em seminários, conferências, simpósios e acordos. Nas primeiras décadas do século XXI, surgem debates em torno dos direitos culturais. Esses direitos estavam anteriormente restritos as alterações dos intelectuais e ativistas e, hoje, permeiam a mesa da sociedade e dos políticos.

A agenda 21 para a cultura assinada, em Barcelona no ano de 2004, por representantes de diversas cidades do mundo, movimentos sociais e instituições não governamentais e governos locais unidos, aponta o papel crucial das cidades de todos os tamanhos na atual configuração mundial. As cidades médias e pequenas aparecem também na nova governança urbana e mostram um papel de relevo reservado à cultura festiva dos seus patrimônios material e imaterial, ainda permanentes, mas que sofrem transformações ao longo do tempo.

A necessidade de evitar rupturas desastrosas, oriundas do crescimento econômico desordenado que degradam o patrimônio cultural, sobretudo, das cidades pequenas, alarga a discussão para uma nova política cultural apropriada aos novos tempos. A agenda 21 possibilita também uma nova articulação entre cultura e cidade ao tentar caracterizar o urbano levando em conta também os processos culturais e os imaginários dos que o habitam (COELHO, 2008). Nesse sentido, o referido documento conduz o caminho para uma nova ideia de política cultural firmada na hipótese de que existe uma centralidade da cultura. É a partir dessa suposição elencada pela agenda que as governanças urbanas, através das políticas públicas, passam a encontrar soluções culturais criativas para melhorar a qualidade de vida nas cidades.

As cidades, hoje, são vistas como polos de cultura, entretenimento e lazer, elementos que, dentre outros, traduzem a qualidade de vida. A qualidade de vida se insere nas ideias desenvolvidas na Carta Medellín do “Sétimo Fórum Urbano Mundial ONU-Habitat” em 2014, realizado na cidade de Medellín, Colômbia. A Carta corresponde um documento que trata dos desafios de pensar a cidade futura no âmbito do respeito pela vida, ao desenvolvimento humano integral e à equidade. Ela servirá como referência para os debates sobre a cidade do novo milênio.



A Carta de Medellín, fundamentalmente, vai ao encontro da noção de cidades para a vida com equidade. É um texto em construção que pretende ser insumo para o debate, no qual participam e continuarão participando intelectuais, acadêmicos, especialistas, centros especializados e instituições líderes em urbanismo tanto de Medellín quanto de cidades de outros continentes. Da mesma forma, é resultado da interação e da cooperação mantida nessa época com o Sistema das Nações Unidas, em particular com a ONU-Habitat nestes aspectos (INSTITUTO SOCIAL DE VIVIENDA Y HÁBITAT, ALCADÍA DE MEDELLÍN, 2014, p.11).

A carta de Medellín, portanto, representa mais uma fonte geral para pensar a cidade, conjuntamente, com as análises das noções de urbanidade e a de boa ambiência. Esta última noção envolve as qualidades urbanas imateriais e materiais das cidades (LEITE; GONÇALVES, 2009) que estão sendo desenvolvidas pelo Laboratório de Investigação do Espaço na Arquitetura (LIA) em conjunto com a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (REDBCM). A noção histórica da urbanidade pode tornar-se componente para a interpretação da boa ambiência. No domínio predominante do comportamento humano que se expressa nos territórios de vitalidade urbana, a urbanidade constituirá um parâmetro da boa ambiência destinado a compreender as experiências sociais duradouras ligadas à história do patrimônio imaterial e material das festas. No campo predominante da forma urbana, a boa ambiência está ligada à análise da lógica construtiva local das pequenas cidades como a do Brejo da Madre de Deus. Todas essas noções podem tornar-se instrumentos reflexivos e de ação para o planejamento urbano das cidades médias e pequenas.

Atualmente, os referenciais teórico-conceituais utilizados pelo IBGE, principalmente, os que tratam de região, cidade-polo e redes contribuem para a interpretação da cidade pela cultura. Nesse sentido, é possível fazer aproximações entre os conceitos de cidade-polo e rede que têm sua gênese na teoria das localidades centrais e no modelo de divisão regional com a noção de centralidade cultural.

O novo discurso da centralidade cultural produziu visões diversas, desde as baseadas na planificação e estilização da cultura, até aquelas que colocam em relevo o campo das interpretações culturais e a importância do patrimônio cultural. Nesse contexto discursivo, as cidades pequenas e médias de Pernambuco vão ganhando visibilidade, principalmente, através dos circuitos das festas tradicionais religiosas.



## A FESTA DE SÃO JOSÉ E A QUALIDADE URBANA ATRAVÉS DO PERCURSO DA PROCISSÃO NA CIDADE DO BREJO DA MADRE DE DEUS

A historiografia brasileira revela o caráter das festas e suas vinculações com os arraiais, as povoações, as vilas e as cidades das colônias portuguesas durante o século XVIII. O povoamento do Brejo da Madre de Deus que surgiu das terras do dono de engenho de açúcar, André Cordeiro dos Santos, em 1710, teve na sagração do seu solo, a manifestação da festa religiosa de São José.

Os padres da Congregação de São Felipe Neri, em 1751, fundaram um hospital sob a invocação da Madre de Deus, onde, nas proximidades, havia um riacho que tomou o mesmo nome. No mesmo ano, uma grande seca assolou a localidade e a congregação abandonou o lugar, estabelecendo-se em um Sítio chamado do Brejo de São José que era também conhecido como Brejo de Fora. Em 1752, neste local, foi edificada uma capela dedicada a São José. A partir daí começa, no povoado, a tradição das festas públicas do Império Português.

As impressões das festas públicas do Império Português durante o século XVIII podem ser revisitadas pela literatura dos viajantes estrangeiros do século XVIII e XIX. Dentre os viajantes, destaca-se o sueco Carls Israel Ruders que esteve em Portugal entre os anos de 1798-1802. Ele narra com detalhes descrições de Lisboa, capital do império lusitano, por meio de algumas festas importantes como a de São José.

A festa de São José, segundo Carls Ruders, era uma das grandes festividades de Portugal. O Santo padroeiro de Lisboa era chamado de esposo da mãe de Deus, sendo sempre celebrado durante todo o dia de 19 de março. O hospital real da cidade, que recebia o mesmo nome do santo, estava localizado no alto, a pouca distância da igreja de São José e também fazia parte do circuito da peregrinação dos fiéis. A arquitetura dos principais equipamentos urbanos organizava toda a trama festiva, constituindo-se pontos nodais da lógica do peregrino.

As manifestações religiosas, cívicas e de entretenimento do interior pernambucano ainda interligam importantes igrejas, praças e vias principais das cidades. Os edifícios religiosos e os demais equipamentos institucionais orientam a disposição do traçado urbano por meio das praças e largos, além dos próprios percursos terrestres e aquáticos. Nas pequenas e médias cidades do interior pernambucano, a igreja permanece como elemento fundamental da forma



urbana. A marca da perspectiva arquitetônica do edifício religioso conserva uma característica histórica impar destacada pelos viajantes estrangeiros do século XIX - o efeito uniforme de seu conjunto e o sentido de direção presente na altura das torres.

As torres de igrejas, ainda hoje, funcionam como mirantes e também pontos de orientação, num certo distanciamento, para os fiéis das procissões que percorrem as ruas centrais das cidades pequenas do interior pernambucano. Nesses assentamentos urbanos, as torres das igrejas, mesmo as mais acanhadas, eram pontos de orientação para o transeunte, além de marcos para os locais de encontros e paradas. Esses elementos esguios ou proeminentes do edifício religioso têm um forte sentido de orientação, fornecendo legibilidade ao entorno construído e natural. Por essa razão, muitas vezes, a altura elevada das torres sacrifica a harmonia da largura das formas das edificações, surpreendendo a visão do visitante.



Festa do Padroeiro São José na Igreja Matriz da Cidade Brejo da Madre de Deus em 20/03/2014.

Fonte:

<https://www.google.com.br/search?q=festa+de+sao+jose+Brejo+da+Madre+de+Deus,+Pernambuco>, acessado em 06/08/2015.



A maioria das igrejas das pequenas e médias cidades de Pernambuco, portanto, apresenta cada uma ao seu modo, traços “monumentais”, sendo todas células fundamentais da configuração urbana. Elas (igrejas) evocam o caráter religioso de todas as festividades que no passado remoto eram denominadas popularmente de procissões e lembravam as comemorações típicas da cultura portuguesa.

O escritor Affonso Romano de Sant’ Anna (2000) ao tratar do itinerário das procissões na Idade Média, destaca que era um caminho semeado de erros, palmilhado por obstáculos que defende o espaço sagrado, idealizando o ‘Labirinto’ reproduzido nas cidades. Esta ideia parece identificar-se aos ‘percursos das festas’ pernambucanas das cidades pequenas do interior. Portanto, parece adequado falar de percursos festivos, pois apesar do forte caráter religioso, várias festas cívicas ou populares permanecem cultivando o modelo de peregrinação semelhante às festas da Igreja: o itinerário medieval no qual o crente deveria cumprir as estações e passos da fé, incluindo espaços labirínticos como os becos das vilas e cidades.

O arranjo morfológico das edificações, traçado, estrutura verde ou ecológica, mobiliário urbano, estrutura de ruas, praças, lotes, quarteirões, monumentos, jardins, todos formam os lugares festivos estruturadores dos fluxos de pessoas na cidade. As praças, os parques, as igrejas são considerados pontos nodais da espetacularização da festa principalmente nas cidades pequenas. Contudo, é a praça o nó mais expressivo da simbologia da festa, sendo o lugar da cidade que marca a ressignificação cultural das festas. A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio (CASTRO, 2012). Do ponto de vista da morfologia urbana, a praça é também lugar de funções estruturantes e arquiteturas.

O teórico da forma urbana José Manuel Ressano Garcia Lamas (2000) destaca que a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais, afirmando que além de lugar intencional do encontro, ela (a praça) pressupõe a vontade e também o desenho de uma forma e de um programa. Ou seja, é um espaço de convivência projetado intencionalmente. Lamas ainda acrescenta a existência dos espaços não intencionais como largos e ruas que surgem ocasionalmente na desembocadura de determinadas vias de circulação ou confluência de

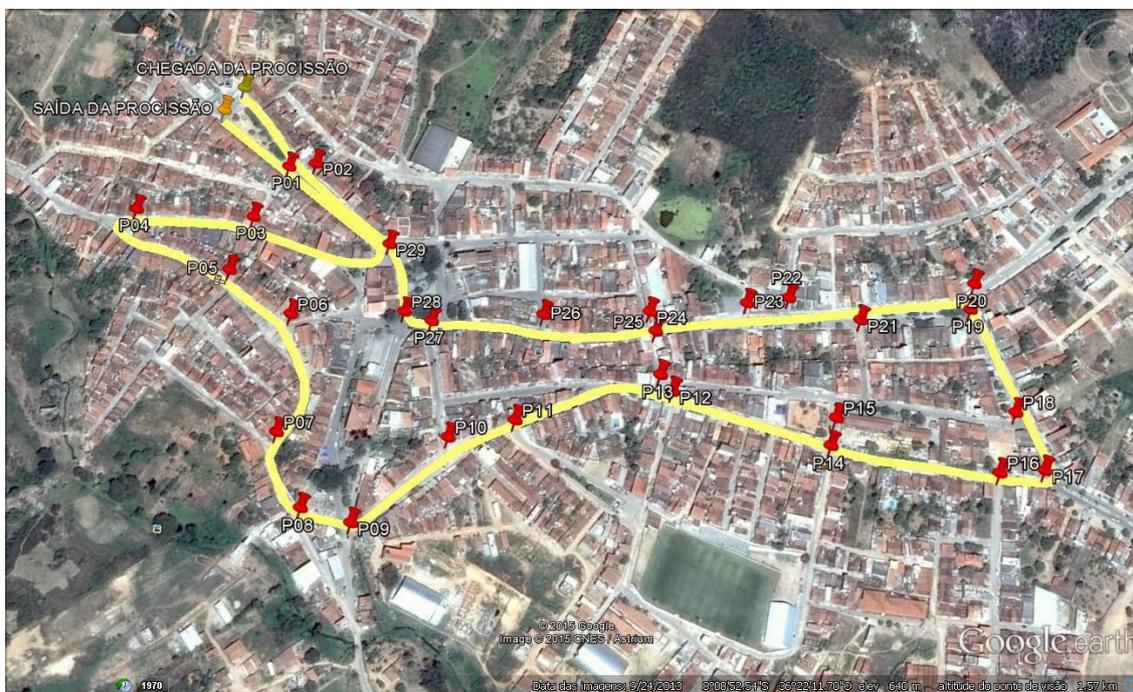


traçados. Esses espaços, segundo o referido teórico, também se constituem em nós de encontro de pessoas. As festas marcam todos esses espaços e projetam suas próprias formas.

A forma da festa se relaciona com a arquitetura da cidade, provocando mudanças estruturais que podem ser impulsionadas, por exemplo, pelas megafestas. Esses grandes festejos interferem positivamente ou negativamente no cotidiano e na cultura local, tencionando o comportamento das pessoas. As festividades tradicionais ou as megafestas são elementos constitutivos da cultura urbana e intervêm no desenho da cidade por meio de novas configurações espaciais que se formam durante e depois do evento, dando dinâmica a forma urbana.

O arranjo espacial das edificações que compõem a praça festiva proporciona a forma da festa: a) forma alongada ou linear – canais de circulação ortogonais de foliões ou pessoas que acompanham a regularidade das edificações. Exemplo: construções locais (edificações históricas) + construções efêmeras (palcos, barracas); b) forma radial – canais de circulação radiais de foliões ou pessoas que saem de um mesmo ponto fixo central ou macro ponto. Exemplo: construção efêmera (palco montado) ou construção local (praça histórica de eventos); c) forma circular – canais de circulação de foliões ou pessoas em pontos de paradas marcados por edificações notáveis, compondo uma trajetória fechada. Exemplo: Igrejas e construções de destaque ou monumentos e praças de valor artístico e histórico.

A festa tradicional de São José na cidade do Brejo da Madre de Deus tem como marco histórico a trajetória da procissão que envolve importantes igrejas e praças, configurando uma forma circular, num circuito fechado de saída e chegada do itinerário. A imagem abaixo mostra o percurso das pessoas a pé.



O percurso total de 2.650km da procissão de São José, realizado em 2015. Fonte: <http://geadescoteiros.blogspot.com.br/2015/03/escoteiros-em-acao.html>, acessado 06/08/2015.

O percurso a pé é referente a uma ação estruturada beneficiando o meio envolvente, tendo como objetivo a valorização e articulação de várias componentes da localidade, criando uma relação mais estreita com o homem (OLIVEIRA, 2006). Através dos percursos, as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam pelos caminhos ou pelas rotas registradas ou guardadas na memória (MOUTINHO, 2007). O percurso a pé é um tipo de mobilidade que confere uma experiência mais direta com a cidade, promovendo uma forma de lazer que reflete também a segurança da localidade.

O percurso a pé constitui importante elemento de qualidade urbana que pode ser conferida pelas rotas realizadas em mapas pelas procissões religiosas. Constatou-se, atualmente, a diminuição dos percursos ao longo das décadas devido à incidência dos crimes e o uso crescente dos automóveis. As intervenções de políticas públicas dos governos voltadas para o turismo em todo o estado de Pernambuco - a descentralização do lazer, com a criação dos polos culturais e das megafestas - contribuíram também para a diminuição do lazer a pé.



A percepção do espaço festivo da festa de São José na cidade do Brejo da Madre de Deus apresenta três elementos fundamentais de qualidade urbana ou boa ambiência: 1) regularidade – presente na prática da rememoração e da reatualização do espaço festivo; 2) surpresa – meio ambiente circundante e a arquitetura local; 3) movimento – percurso. A regularidade é um elemento que apresenta a memória e a história da comunidade, envolvendo a ação e a autonomia dos grupos locais como irmandades, religiosos, moradores mais velhos e demais praticantes do rito festivo. Através da regularidade do rito, que também é dinâmico, a festa se transforma em patrimônio cultural. A urbanidade está presente na regularidade, pois envolve o encontro das pessoas e as práticas culturais duradouras. A surpresa é um elemento que mostra a relação fundamental da festa com o meio ambiente circundante e a arquitetura local, revelando a importância dos marcos arquitetônico e urbanístico na lógica construtiva local. O Percurso é o elemento agregador dos outros elementos (regularidade e a surpresa), traduzido pelo movimento do transeunte. Todos esses elementos atravessam a noção da urbanidade e da compreensão da lógica construtiva local, compondo um conceito maior – o da boa ambiência.

A tradicional festa de São José, na cidade pernambucana do Brejo da Madre de Deus, apresenta elementos importantes que sinalizam aspectos de qualidade urbana, conferindo as pessoas ações e experiências duradouras de pertencimento e legibilidade do espaço urbano. Contudo, o crescimento econômico da Rede Caruaru proporcionou nova dinâmica para o evento, principalmente, com a introdução de novas festividades.

## A DINÂMICA DA FESTA DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DO BREJO DA MADRE DE DEUS

A cidade do Brejo da Madre de Deus tem como seus principais distritos, São Domingos e Fazenda Nova. É em Fazenda Nova que está localizado o Teatro de Nova Jerusalém, onde se realiza anualmente a popular encenação "Paixão de Cristo de Nova Jerusalém", conhecida internacionalmente. É uma das cidades onde a festa de São José é marco alusivo para desdobramentos de outras atrações. A cidade faz parte da rede urbana do agreste, especificamente, a Rede Caruaru que é constituída por 26 cidades, tendo como núcleo sua capital regional de mesmo nome.



Na Rede Caruaru é encontrado importantes equipamentos urbanos de entretenimento, de ensino técnico e superior, além de centros institucionais de saúde, segurança, administrativos e financeiros. É a segunda rede mais economicamente importante, destacando o setor agropecuário – horticultura, cana-de-açúcar, bovinos, leite, aves e tomate – e o setor industrial - materiais elétricos, baterias, metalurgia, confecções e alimentos -, além da construção civil – moradia, consumo e lazer. Há também os serviços – administração pública, seguridade social, serviços de alugueis, comércio.

A Rede Caruaru, segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (2013), estende-se por 8.386, 30 km quadrados que corresponde a 8,53% do território estadual, influenciando 14,05% dos municípios pernambucanos. A Rede também é a segunda em População do Estado, apresentando um total de 963.536 habitantes e hoje já apresenta uma população urbana maior que a rural, constatando-se em 2010 uma taxa de urbanização de 78,72%, próximo à taxa estadual.

As regiões turísticas da Rede Caruaru são constituídas pelos centros de Moda e Confecção e Forró e Baião de Luiz Gonzaga que fazem a ligação entre identidade cultural e a economia da região. Contudo, o potencial das festas tradicionais como polos atrativos e desdobramentos de novos entretenimentos não é mencionado no estudo da referida Agência Pernambucana, principalmente, em relação ao crescimento e desenvolvimento do turismo.

A festa de São José continua atraindo milhares de pessoas de outras cidades brasileiras em pleno século XXI. A dita festa é celebrada no dia 19 de março, tendo profundas raízes católicas, na credence popular dos agricultores e no caráter comercial da festa. Raízes estas, consecutivamente, marcadas por simbolismos da oração, da tradição da colheita da agricultura e dos eventos estilizados.

O simbolismo da oração é parte da prática católica que também se faz presente na data festiva de São José, carregada de traços dos elementos do passado como as missas e a procissão religiosa. O simbolismo da fé também dirige-se às crenças populares dos agricultores: se chover no dia de São José, o ano será de fartura. Por isso, ainda hoje, o dia é de expectativa para muitos agricultores do sertão, agreste e zona da mata pernambucana. O lado estilizado da festa,



atualmente, é experimentado pela dinâmica festiva de São José que impulsiona os eventos de caráter efêmero, como atrações musicais das bandas populares e as de sucesso momentâneo.



(a)

(b)

A festa de São José, 2011 (a). As festas de caráter profano que surgem após a tradicional procissão de São José, 2011 (b). Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=festa+de+sao+jose+Brejo+da+Madre+de+Deus,+Pernambuco>, acessado em 06/08/2015.

A festa de São José alimenta o comércio tradicional das feiras livres e movimentam a economia da rede de hotéis e pousadas locais. Portanto, a referida festa é um polo cultural de atração e desenvolvimento econômico local e regional que reconfigura o perfil espacial da rede de cidades em Pernambuco. Essa nova configuração espacial revela as potencialidades do patrimônio das festas através dos substratos material e imaterial urbanos, refazendo novos territórios culturais de atração. Esses territórios que se ligam a outras localidades festivas geram uma diversidade e complexidade na oferta de entretenimento, lazer e cultura na cidade (escalas microlocal e mesolocal) e seu entorno (macrolocal), promovendo a integração em outras escalas regionais, nacionais e internacionais.

A rede urbana cultural de cidades revela uma nova concepção de centralidade urbana que não se restringe apenas na oferta de bens e serviços oriundos do comércio e da industrialização tradicionais, mas da atração da cultura local e suas raízes históricas. As cidades, hoje, passam de



centros regionais locais para centros culturais de trocas, interação e intercâmbios em múltiplas e superpostas escalas territoriais, incluindo a rede digital de comunicação. As frações principais dessas trocas são os atributos culturais do patrimônio material e imaterial que apontam na rede urbana das cidades, a ideia de centralidade cultural.

As festas tradicionais passam a compor, junto a outros atributos culturais, a imagem da cidade. A construção dessa nova centralidade se fez a partir de um longo processo histórico que culminou no auge da estetização da cultura a partir da década de 1970, preparando o espaço para o desenvolvimento da chamada “indústria cultural” em todo o mundo. Contudo, o discurso cultural vem aliado a um longo processo de crises econômicas e políticas, do papel desgastado do Estado Nacional, convulsões sociais, étnicas e conseqüentemente as grandes migrações mundiais de povos.

Os grandes centros urbanos se internacionalizam e a importância de adaptação ao novo contexto impulsiona também as cidades médias e pequenas a sobreviver aos impactos das crises urbanas geradas pelos polos atratores. A rede urbana é progressivamente alimentada por uma economia flexível advinda do impulso das novas tecnologias digitais. É nesse contexto que as cidades médias e pequenas se voltam para seus atributos culturais. Contudo, essa direção pode ser interpretada quase como uma forma de criar uma barreira e ao mesmo tempo uma fronteira de trocas, respectivamente, para se proteger dos impactos negativos da nova ordem urbana mundial. A arquiteta Rose Compans destaca essa inevitável ordem urbana como

de um futuro inexorável para todas as cidades que pretendam inserir-se nos fluxos econômicos globais, fora dos quais não haveria esperança (...) as cidades, nesse contexto, passam a depender cada vez mais das formas de articulação à economia global (...) (Compans, 2009, p. 123-128).

As cidades pequenas e médias do interior de Pernambuco também sofrem com as pressões da economia global. Contudo, alguns aspectos de qualidade de vida podem ser observados por meio da interpretação das festas tradicionais como a festa de São José em cidades pequenas, caso do Brejo da Madre de Deus. Assim, o estudo das festas tradicionais das pequenas cidades pode possibilitar a identificação de elementos que compõem atributos do patrimônio cultural, contribuindo para interpretação das qualidades a serem buscadas no conceito de boa ambiência



desenvolvido pelo LIA/UFPE em conjunto com a REDBCM, objetivando o planejamento do crescimento das cidades pequenas e a melhoria urbana das cidades médias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo encontra-se em andamento, mas algumas considerações finais podem ser destacadas como alguns conceitos que irão nortear a pesquisa, dentre eles, a noção de centralidade cultural. Ela representa fundamentalmente um conjunto de potencialidades culturais locais do patrimônio imaterial e material, onde a festa religiosa é parte integrante. Através da festa religiosa, o percurso do peregrino guiou também os modos de constituir e viver das cidades portuguesas caracterizadas por uma lógica construtiva própria.

Essa lógica, ainda hoje, se encontra presente em cidades pequenas de Pernambuco. Por essa razão, as cidades pequenas podem ser modelos de análise para a compreensão da boa ambiência como se prossegue inicialmente com a cidade do Brejo da Madre de Deus que pertence a Rede Caruaru. A partir dela, os estudos das qualidades urbanas desenvolvidos pelo LIA/UFPE e a REDBCM podem ser revelados através de um diagnóstico preliminar dos impactos do crescimento urbano no patrimônio cultural das festas nas cidades pequenas e médias:

### Festa lúdico-cultural (cidade pequena)

- 1) Experiências diretas com o meio circundante e a construção local.
- 2) Possibilidade de ação.
- 3) Autonomia dos grupos sociais na construção dos seus projetos.
- 4) Comportamento ativo.

### Festa mercadológica (cidades médias e grandes)

- 1) Racionalização da festa em espaço público e privado.
- 2) Comportamento guiado por regras.
- 3) Projetos guiados pelo mercado econômico e interesses políticos.
- 4) Comportamento passivo.

A visão da boa ambiência permite perceber que as cidades médias estão perdendo elementos lúdico-culturais do seu patrimônio imaterial e material das festas. Os elementos do patrimônio material e imaterial das festas fazem parte da identidade cultural da comunidade local. A identidade cultural alimenta a autoestima da comunidade local e promove a autonomia dos



grupos sociais que constituem a cidade. A autonomia é parte fundamental da organização da cultura urbana e é, somente, a partir dela que a cidade e a cultura interagem dinamicamente com as transformações, gerando adaptações.

#### BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de Abreu. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 256p

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em Rede: Caracterização das regiões de influência das cidades Pernambucanas**. CONDEPE/FIDEM: Pernambuco. Recife: 2013.

BESSA, Kelly. **Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais**. In GeoTextos, vol. 8, n. 1, jul. 147-165, 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/6222/4382>, acesso: 06 de agost. 2015.

CASTRO, Janio Roque Barros de. As megafestas juninas no espaço público de Cachoeira, no Recôncavo baiano: a espetacularização festiva na/da pequena cidade. In DIAS, SANTOS (org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços públicos**. Salvador: SEI. 238p. (série estudos e pesquisas, 94), 2012. P. 49-61

COELHO, Teixeira (2008). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2008. 192p

COMPANS, Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais: Antagonismo ou complementaridade? In ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p

INSTITUTO SOCIAL DE VIVIENDA Y HÁBITAT, ALCADÍA DE MEDELLÍN (ISVIMED). **Carta de Medellín**. Sobre o porvir humano das urbes do mundo. Medellín (Colômbia) Instituto Social de Vivienda y Hábitat, Alcaldía de Medellín (Isvimed), em convênio com a Corporación para el Pensamiento Complejo (Complexus). ISBN: 978-958-58365-6-3, Primeira edição: abril, 2014.



LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 590p

LEITE, Britto Maria de Jesus. GONÇALVES, Gilson M. O espaço como investigação da arquitetura. In ZEIN, Ruth Verde (org.). **Projeto como investigação**. Antologia. São Paulo: Editora Alter Market, 2009.

MILFONT, Magna Lícia Barros. **A urbanidade no século XVIII: vila do Recife e Arraial do Tijucu**. 2010. 151f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. UFPE. Recife, 2010.

MOUTINHO, M. C. M.; MATEUS, Diogo; PRIMO Judite (Org.). **Desenho urbano, elementos de análise morfológica**. Volume 1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2007. 128p

OLIVEIRA, Nilza Aparecida de S. **A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais**. In Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Volume 16, Jan. a jun, 2006. Disponível em: < <http://WWW.remea.furg.br/>>, acesso: 06 de Jun. 2013.

RUDERS, Carls. **Viagem em Portugal (1798-1802)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. Disponível em <http://books.google.com.br>, Acesso: 22 de dez. 2006.

SANT' ANNA, A. R. **Barroco: do quadrado à elipse**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 284p

ZANCHETI, Sílvio M. **O Estado e a Cidade do Recife, 1822-1889**. 1989. 226f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. FAUSP. São Paulo, 1989.

Conteúdos de mídias on line:

A PROCISSÃO DE SÃO JOSÉ E AS FESTAS DE CARÁTER PROFANO QUE SURGEM APÓS A TRADICIONAL PROCISSÃO DE SÃO JOSÉ, 2011. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=festa+de+sao+jose+Brejo+da+Madre+de+Deus,+Pernambuco>, acesso: 06. agost. 2015.



FESTA DO PADROEIRO SÃO JOSÉ NA IGREJA MATRIZ DA CIDADE BREJO DA MADRE DE DEUS EM 20/03/2014. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=festa+de+sao+jose+Brejo+da+Madre+de+Deus,+Pernambuco>, acesso: 06. agost. 2015.

O PERCURSO TOTAL DE 2.650 KM DA PROCISSÃO DE SÃO JOSÉ, REALIZADO EM 2015. Disponível em <http://geadescoteiros.blogspot.com.br/2015/03/escoteiros-em-acao.html>, acesso: 06. agost. 2015.